

Desafio à educação hoje

REINALDO FLEURI

Hoje, particularmente nestes dias pré-eleitorais, a sociedade brasileira está vivendo momentos densos de seu processo de democratização. Em meio ao clima de torcida por um ou por outro candidato a Presidente da República, corre solta muita discussão marcada por grandes desafios.

Que desafios este processo de democratização política coloca a nós que atuamos no campo da educação, particularmente na educação escolar? Qual a contribuição específica que a escola pode dar para que a sociedade se organize de maneira cada vez mais justa e democrática?

A democracia pressupõe estruturas e mecanismos que possibilitem à maioria da população participar efetivamente das decisões sobre seu destino. É evidente que a escolha daqueles que vão exercer os principais cargos do Estado seja fundamental numa sociedade democrática. Mas isto pouco valeria se as relações que perpassam a família, o lazer, o trabalho, os meios de comunicação e a própria escola permanecessem condicionadas por microestruturas hierárquicas, individualizantes e alienantes.

Aí reside, ao meu ver, o principal desafio à educação hoje: contribuir para democratizar as relações sociais celulares que, justamente, constituem o estofado das macrorrelações políticas.

Segundo Michel Foucault, a sociedade atual é atravessada por mecanismos disciplinares de poder, ou seja, por mecanismos que isolam as pessoas em espaços esquadrihados, impondo-lhes uma rotina de horários e mantendo-as sob constante vigilância. Isto forma indivíduos dóceis e produtivos. Através destes mecanismos os indivíduos podem ser facilmente controlados, de modo que suas forças sejam utilizadas da maneira mais eficaz em função de objetivos que lhes são impostos de cima para baixo.

A escola é um dos exemplos destes mecanismos. Todo espaço institucional é subdividido em salas e quadras, onde as pessoas são submetidas a rotinas pré-determinadas e mantidas sob vigilância constante. A escola, com isso, forma indivíduos dóceis e aptos para realizar eficazmente tarefas específicas. Treina mão-de-obra para ser comercializada no mercado de trabalho. Constrói e qualifica peças de reposição para a grande engre-

nagem social de acumulação de riquezas nas garras de poucas corporações.

Neste contexto, para que a escola contribua ao processo de democratização, não basta ampliar o acesso da população à escola. Não é suficiente transmitir aos alunos o saber elaborado. É indispensável também modificar radicalmente os mecanismos disciplinares de poder. Se isto não ocorrer, o maior investimento na educação escolar e a melhoria da qualidade de ensino podem redundar simplesmente na formação mais eficaz de indivíduos altamente produtivos numa engrenagem capitalista. Indivíduos, porém, incapazes de construir relações democráticas.

Como enfrentar, então, esse desafio?

Penso que se possa atuar em, ao menos, três perspectivas: (1) romper os limites espaciais que isolam as pessoas; (2) quebrar as rotinas que fragmentam e mecanizam as atividades dos grupos; (3) criar meios através dos quais a comunidade possa controlar continuamente a direção das instituições.

Em primeiro lugar, criar e ampliar espaços de trocas, de relações intensas entre as pessoas, porque esta é a condição indispensável para se trabalhar os conflitos de modo criativo e democrático.

Em segundo lugar, a vida democrática pressupõe formas de organização da ação coletiva geridas a partir e em função dos problemas que emergem da práxis social. E esta dinâmica tende a romper as rotinas pré-estabelecidas afora e acima dos grupos.

Enfim, é necessário subverter os mecanismos de vigilância hierárquica. A sociedade disciplinar em que vivemos é como uma estrutura panóptica em que, a partir de uma torre, é possível vigiar constantemente o comportamento de indivíduos isolados em suas celas. Já numa organização democrática, as pessoas, que se relacionam livremente e agem em função de suas necessidades concretas, precisam manter o controle constante de todas as instâncias de articulação da ação coletiva. Neste sentido, fortalecer os colegiados representativos como instâncias democráticas de decisão parece uma estratégia interessante para a comunidade vigiar os centros de vigilância institucional e ir assumindo o controle democrático da vida social.

JORNAL DA

UAPUFSC

Nº 08 GESTÃO 88/90 DEZ/89